

O CEGO, O ESPAÇO, O CORPO E O MOVIMENTO

Admilson Santos

O ser humano, através da visão, tem a possibilidade de caracterizar objetos, além de distinguir cores, formas, tamanhos e distâncias. Para Hall (1986: 133), a distância faz parte de um dos sistemas de coordenadas na relação de nosso corpo com outros corpos e objetos. A visão se apresenta como um sentido de grande importância na captação de estímulos e projeções espaciais, facilitando o relacionamento do homem na sociedade em que vive. De acordo com **Hall**, a percepção de um cego atinge um raio de 06 (seis) a 30 (trinta) metros, enquanto as pessoas com visão poderiam atingir as estrelas. Além disso, na maioria das vezes, os cegos têm comprometidas as suas relações pessoais, através da exclusão social, pois fogem do padrão de normalidade estabelecido pela sociedade.

Segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), 1993, 10% da população brasileira é portadora de deficiência, sendo 0,5% portadores de deficiência visual, num total aproximado de 700 mil cidadãos.

Vários segmentos da sociedade, a exemplo dos idosos, crianças e deficientes e, no caso específico deste estudo, os cegos congênitos, ocupam um espaço à margem da sociedade. Estes cegos, cuja perda de visão, segundo Lemos (1981), ocorre a partir do nascimento até cerca de 05 (cinco) anos de idade, ocupam o espaço marginal por não apresentarem produção, como as pessoas normais, no processo social. Para GLATT (1995). o "*isolamento social dessas pessoas ainda persiste* " e as mesmas poderiam estar ocupando espaços considerados dignos em nossa sociedade, ou seja, o espaço social, que para Bourdieu (1990) funciona como um "*espaço de estilos de vida*", onde deve ser valorizada cada ação individual.

É bom lembrar que o corpo é um espaço e, quando valorizamos a ação individual, estamos respeitando o espaço corporal. A construção espacial é simbólica e é no corpo que sua noção *i* registrada. Por isso, ele é o espaço fundador, com referências da dentro e fora. sair e entrar,

engolir e expelir, projetar e incorporar De acordo com Merleau-Ponty (1994: 328), "*O espaço não é ambiente (real ou lógico) em que as coisas se dispõem, mas meio pelo qual a posição das coisas se torna possível*". E tudo isso é apreendido pelo corpo.

Nesse sentido, o corpo constrói uma relação consigo mesmo, através da imagem corporal elaborada em sua apreensão do mundo. Para Vayer (1985: 93),

a consciência de si mesmo ou experiência de si mesmo é evidentemente o conjunto de retroações originadas das interações indivíduo-mundo, mais precisamente sua interpretação e memorização pelo sistema nervoso sob a forma de conjuntos estruturados de informação e de programas.

Vayer (1985: 96) nos alerta para a grande diversidade minológica decorrente dos modelos culturais, que nos leva utilizar termos diferentes: imagem do corpo; imagens motoras; esquema postural; esquema de atitude, esquema corporal. Segundo o mesmo autor, são os distúrbios ou as dificuldades da existência que nos fazem perceber a estrutura corporal, isto porque a construção mental do esquema corporal é ligada à história de vida de cada indivíduo, respeitando as influências culturais e individuais.

As pessoas cegas, assim como as videntes, não constroem sozinhas o esquema corporal. No jovem cego congênito, além da necessidade do toque corporal, existe também a necessidade de diálogo verbal, com os pais ou responsáveis, sobre o seu esquema corporal e a imagem do seu próprio corpo. Contudo, de acordo com Telford e Sawre (1988), se este diálogo verbal não **for** bem esclarecido, devido à perda de elementos não falados da comunicação oral como posturas, gestos e expressões faciais, a imagem do corpo do cego congênito poderá ficar deturpada, influenciando, inclusive, no seu movimento.

O movimento, além de abranger atos motores, atinge também a dimensão social, como o direito de ir e vir. Para Bourdieu (1989), o espaço de relações é tão real quanto o espaço geográfico, ampliando a expansão do indivíduo, permitindo-lhe variar a rede de relações corporais e sociais.

O deslocamento nos diferentes espaços proporcionará ao indivíduo cego estímulos da memória e da organização espaço-temporal, a fim de propiciar maior interação com a sociedade, evitando o seu isolamento e oportunizando movimentos do corpo. O movimento corporal, ao ser racionalizado, recebe grande influenciado meio social. Le Boulch (1988: 51) refere-se ao movimento da seguinte forma: "os movimentos expressivos do corpo, suas reações tônicas, assumem uma dimensão social na medida em que se revestem de um sentido pragmático ou simbólico para outrem".

Telford & Sawre (1988) apontam algumas dificuldades provocadas pela cegueira: a) impedimento direto à palavra impressa; b) restrição da mobilidade independente em ambientes não familiares; c) limitação de percepção de objetos grandes demais para serem apreendidos pelo tato. Tais dificuldades, além de privarem os cegos de importantes pistas sociais, provocam racionalizações dos seus movimentos para que se adaptem ao mundo.

A racionalização do movimento corporal no indivíduo cego é mais prejudicial porque dificulta o conhecimento da distância com relação aos objetos ou ao tamanho do espaço. Segundo Fonseca (1995), isto ocorre porque o conhecimento do corpo é transformado em conhecimento do espaço, através da intuição e da conceitualização lógica, uma vez que, para o autor, a organização espaço-temporal está integrada com motricidade e a relação com os objetos que ocupam um determinado espaço se dá a partir do próprio corpo.

O corpo necessita passar por várias experiências. Há necessidade de se trabalhar a construção de um sujeito social. Ao referir-se ao movimento como modo de expressão, Le Boulch (1988) nos diz que "o movimento do homem se desenvolve em presença do olhar de outrem e assume dessa forma uma relação de significante e significado, em outras palavras, ele apenas existe continuado por um outro 'ser expressivo' que o acolhe e o interpreta".

Daí a problemática do cego, que não percebe a presença dos olhares dos outros. Através do olhar, as relações pessoais são facilitadas, porque um simples olhar, mesmo a uma determinada distância, pode ser um código

de aprovação ou reprovação de uma relação de amizade. A falta de um olhar que lhe transmita aceitação ou não pode influenciar a mobilidade do cego entre as pessoas.

Trabalhar na dimensão macro de proporcionar possibilidades de expressão do corpo no espaço parece ser um dos modos de evitar a mecanização, que pode vir a conduzir o corpo como um objeto, ocupando determinado espaço sem possuir mobilidade. Essa ocupação de posição no espaço depende da orientação do corpo com relação aos objetos e aos outros homens. Através do seu corpo, o indivíduo deve ocupar vários espaços, usando sua locomoção e orientação. Merleau-Ponty (1994: 341) nos diz: "a orientação no espaço não é um caráter contingente do objeto, é o meio pelo qual eu o reconheço e tenho consciência dele como de um objeto". Ou seja, o corpo é reconhecido na orientação espacial a partir da minha própria consciência corporal. Assim como tenho consciência da existência de determinados objetos, devo ter também consciência do meu próprio corpo com relação ao espaço.

A ocupação de espaços dá-se através do estado ou da mobilidade de um corpo e se consolida pela manutenção dessa mobilidade ou desse estado. Daí a principal preocupação com a orientação e mobilidade do cego, que se inicia na adequada estruturação espaço-temporal. Trata-se de um direito assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil: "É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens" (5 de outubro de 1988, art. 5º, parágrafo XV).

Portanto, desenvolver a orientação e mobilidade do cego é dar-lhe condições de usufruir e exercer o direito de ir e vir com independência e espontaneidade.

Segundo Pereira (1990: 43), orientação "é um processo que o cego usa através de outros sentidos para o estabelecimento de suas posições em relação com todos os objetos significativos do seu meio circundante; e mobilidade é a capacidade de deslocamento do ponto em que se encontra o indivíduo para alcançar outra zona do meio circundante".

Dessa forma, orientação e mobilidade são habilidades importantíssimas para o cego exercer o seu

direito de ir e vir, também assegurado pela Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, que diz no seu art. 1º: "ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência, e sua efetiva integração social".

Do mesmo modo, a lei maior protege o cidadão da coação da liberdade de locomoção, concedendo-lhe *habeas corpus* sempre que for impedido (Constituição Brasileira, 1988). Logo, criar barreiras que limitem ou impeçam a orientação e mobilidade de uma pessoa cega é desumano e inconstitucional.

A orientação e a mobilidade, apesar de serem habilidades de grande importância para o exercício da liberdade do cego, são uma área com insuficiência de estudos. O interesse pelo assunto surgiu em 1929, com o uso de cães-guias, nos Estados Unidos. Após a II Guerra Mundial, a orientação foi sistematizada para poder atender ao número elevado de soldados que ficaram cegos, com o objetivo de torná-los o mais independentes possível, principalmente no ato de andar. Mais tarde, um médico de nome **Richard Hoover**, preocupado com o aspecto funcional das bengalas de madeira, que geralmente possuíam peso exagerado, desenvolveu uma bengala mais leve e com técnica adequada, que passou a chamar-se bengala longa ou bengala de Hoover, funcionando como extensão do corpo, **mapeando** o terreno para o próximo passo. A bengala possui tanta importância que, no dia 15 de outubro, os cegos de todo o mundo festejam o Dia Internacional da Bengala Branca. Esta data foi eleita, em 1980, na França, durante o encontro da União Mundial de Cegos (UMC), que vê na bengala o símbolo de independência e plena integração na sociedade das pessoas cegas (Organización Nacional de Ciegos, 1938; 38).

A partir da eficiência comprovada desse material, organizou-se o primeiro curso de orientação e mobilidade na Universidade de Boston e, logo após, na Universidade Western Michigan, um outro voltado para os adultos, mas relacionado com um programa para a criança e o adolescente cegos, uma vez que este grupo geralmente apresenta um comportamento de inatividade, comodismo e, conseqüentemente, de sedentarismo, causando-lhe danos

físicos, psicológicos e sociais. Os estudos relativos ao tema são recentes, começando a desenvolver-se há duas décadas, aproximadamente (Carol, 1961).

A orientação e a mobilidade, aplicadas como elemento de educação da criança e do adolescente cegos, são fruto de vários estudos e observações como explica Mira y Lopes (1985: 103). Dentre seus achados, o autor nos apresenta: a) há semelhança de etapas de desenvolvimento entre a criança cega e a criança vidente (que vê); b) os sentimentos de auto-estima e interação são relacionados com a independência física; c) a capacidade de movimentar-se livremente leva o indivíduo a uma melhor participação e a um maior reconhecimento por parte da sociedade.

As considerações acima sugerem que a diferença entre atitudes e comportamentos das pessoas cegas e das videntes é tênue e se estabelece de acordo com a história da relação de cada pessoa com seu ambiente. O que nos leva a acreditar ainda mais no trabalho de conscientização da sociedade na superação de uma das maiores perdas do indivíduo cego: a adequação social, a qual poderá ser desenvolvida através de um adequado trabalho de mobilidade.

Esta adequação social deverá contribuir, também, para a eliminação de estigmas relacionados com a cegueira, que levam determinadas pessoas a pensar, por exemplo, que os cegos vivem na eterna escuridão.

A relação simétrica entre visão e luz e, por outro lado, escuridão e cegueira, culturalmente condicionada, tem prejudicado as relações sociais para o cego, pois desta maneira a cegueira ganhou um significado simbólico negativo. Ver é ver a luz, ver é perceber. É um processo passivo, em que nossa retina é atingida por luz.

Segundo Chevalier e Gheerbrant (1994: 570), "a luz é símbolo patrístico do mundo celeste e da eternidade, enquanto escuridão é voltar ao indeterminado, onde se misturam pesadelo e monstros", as "Idéias Negras". Também podemos encontrar no Novo Testamento, na referência ao Sexto Sinal, mais um simbolismo negativo: "o cego de nascença", ou seja, o cego congênito, simbolismo o povo que nunca tomou consciência de sua própria condição oprimida e por isso não chegou a ver a verdadeira condição humana. Goffman (1988) afirma serem os símbolos de estigma caracterizados por

estarem expostos à percepção. Um bom exemplo são os deslizes ou pistas fornecidos por um cego ao perceber a presença das pessoas recém-chegadas, tais como fazer com que elas percebam a bengala com o objetivo de informá-las sobre o seu estigma, a cegueira.

A desorientação ou orientação inadequada prejudica a mobilidade da pessoa cega, fazendo com que muitas pessoas a considerem desajeitada. Para Goffman (1988: 114), "a cegueira pode levar à impressão de falta de cuidado, por isso o cego deve fazer um esforço especial para aprender ou reaprender a propriedade motora", ou seja, variadas formas de atividades e movimentos corporais. Desse modo, seu deslocamento é uma constante aprendizagem sobre o próprio corpo e suas relações com outros corpos no espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P.** *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CHEVALIER, J., GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- FONSECA, V. da. *Psicomotricidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- GLATT, R. *A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.
- GOFFMAN, E. *Estigma*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1988.
- HALL, E. T. *A dimensão oculta*. Lisboa, Portugal: Relógio D'Água Editores, 1986.
- LE BOULCH, J. *Educação psicomotora*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- LEMOES, É. R. *Educação de excepcionais - evolução histórica desenvolvimento no Brasil - Niterói*: UFF, 1981. Tese e Livre-Docência, 1981.
- MERLEAU-PONTY, M.** *Fenomenologia da percepção*. São Paulo Martins Fontes, 1994.
- MIRANDA LOPES, E. *Psicologia geral*. São Paulo: Melhoramentos, 1988.
- PEREIRA, L. M. Psicomotricidade. *Revista de Estudos Experiências*, n. 34, **Enero**, 1990. TELFORD, C. W..
- SAWREY, J. M. *O indivíduo excepcional*. ed. Rio de Janeiro: **Guanabara/Koogan**, 1988.

VAYER. P. *Linguagem corporal: a estrutura e a sociologiaaçaõ*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.